

O TEMA DAS POLÍTICAS SOCIAIS NO DEBATE POLÍTICO ELEITORAL BRASILEIRO

Pela primeira vez desde 1984 uma das grandes figuras da política moderna no Brasil, Luis Ignácio Lula da Silva, não será candidato a um cargo político nas próximas eleições. Depois de se candidatar à presidência três vezes sem sucesso (em 1989, 1994 e 1998) Lula foi eleito em 2002 e serviu dois períodos (o máximo permitido pela legislação brasileira). Alguns analistas acham possível que ele volte a se candidatar em 2014 visto que ele sai do governo com grande aprovação popular, 73% dos eleitores classificam seu governo como bom ou ótimo. Seu governo transformou o Brasil de várias maneiras, alguns argumentam. Outros enfatizam a continuidade de algumas de suas políticas em relação ao governo anterior, Fernando Henrique Cardoso (1994-2002).

Com o início da campanha eleitoral de 2010, no fim de março foram anunciados os candidatos oficiais para os dois principais partidos do país, o Partido dos Trabalhadores (PT- do presidente Lula) e o Partido da Social Democracia Brasileira (PSDB- do ex-presidente Fernando Henrique Cardoso). A competição entre Dilma Rousseff, candidata do PT do presidente Lula, e José Serra, candidato do PSDB promete ser um dos aspectos mais intrigantes das eleições. A comparação entre os governos de FHC e Lula são evidentes visto que a competição deve ficar centrada nos dois candidatos apoiados por eles, Dilma Rousseff e José Serra, respectivamente. A trajetória econômica dos dois governos é normalmente comparada como tendo muitas semelhanças e esta será uma questão-chave na campanha.

Provavelmente quem quer que ganhe as eleições fará um trabalho, sobretudo de continuidade, pois ninguém quer estar contra o atual governo, ninguém quer ser de oposição puramente ou de extrema direita declaradamente visto que a popularidade da atual administração é bastante elevada. Este índice de popularidade é o maior de um presidente desde 1990 e isso pode se refletir na candidata do PT, Dilma Rousseff. O candidato José Serra tem a seu favor as realizações de seu mandato como governador do Estado de São Paulo nos últimos 3 anos, e também sua extensa trajetória política em cargos como deputado, prefeito e ministro durante as últimas décadas. Os candidatos de outros partidos menores embora não tenham força para ganhar as eleições irão ajudar a compor o cenário político principalmente num provável segundo turno das eleições.

Este cenário polarizado entre PT e PSDB vem sendo apontado como uma das campanhas mais disputadas da história brasileira e deverá repetir a emoção de 1989 quando os brasileiros voltaram a eleger diretamente seu presidente após o regime militar (1964-1985).

Principais temas em debate na campanha- área social

Ambos os candidatos irão fazer uso de suas qualidades. José Serra irá insistir em sua biografia e experiência administrativa para vender-se como o candidato mais sério e preparado para avançar em relação a Lula. “Farei mais e melhor”. (frase de efeito de Serra). Dilma Rousseff se baseará na popularidade de Lula e nas realizações que alcançou durante seu tempo de Ministra-chefe da Casa Civil e como “mãe” do PAC, projeto de infraestrutura que tem como trunfos obras e o objetivo de desenvolver economicamente o país.

Um dos principais pontos desta campanha serão as políticas sociais, ou melhor, a área social em geral visto que foi uma das bandeiras mais usadas durante o governo Lula e que o levou à alta popularidade atual. Como emblema deste tema pode-se citar o programa de transferência de renda, o ‘Bolsa Família’ que se tornou forte durante os últimos anos e que englobou diversas ações sociais em um só programa criado administrado pelo governo federal ainda que gerido e monitorado de maneira descentralizada pelos governos estadual e municipal.

Dentre os programas sociais do governo Lula é o Bolsa Família que está mais em alta no debate político corrente. A visibilidade e o sucesso, para alguns analistas, do programa Bolsa Família- que favorece 12 milhões de famílias no país com transferência de renda e tem o custo aproximado de R\$ 12 bilhões/ano¹ tem um impacto comprovado e progressivo na melhora das condições de vida dos beneficiários- está no fato que se transfere renda aos mais necessitados com o objetivo de reduzir a pobreza e diminuir a desigualdade no país.

O programa é um programa de transferência de recursos destinados condicionalmente a dois grupos: famílias que possuam renda per capita entre R\$ 70,01² e R\$ 140 e membros com até 17 anos de idade; e famílias com renda per capita inferior ou igual a R\$ 70. A seleção das famílias que deverão receber o benefício prioriza as famílias de menor renda e o cumprimento das condicionalidades é monitorado pelo Ministério de Desenvolvimento Social e Combate à Fome (MDS). Ao entrar no programa, a família se compromete a cumprir as condicionalidades do Bolsa Família nas áreas de saúde e educação, que são: manter as crianças e adolescentes em idade escolar freqüentando a escola; e cumprir os cuidados básicos em saúde, que é seguir o calendário de vacinação para as crianças entre 0 e 6 anos, e a agenda pré e pós-natal para as gestantes e mães em amamentação.

Quanto recebem os beneficiários do Bolsa Família- 2010

Famílias com renda familiar mensal de até R\$ 70

Número de crianças e adolescentes de até 15 anos	Número de jovens de 16 e 17 anos	Tipo de benefício	Valor do benefício
0	0	Básico	R\$ 68,00/ U\$ 37
1	0	Básico + 1 variável	R\$90,00/ U\$ 50
2	0	Básico + 2 variáveis	R\$ 112,00/ U\$ 62
3	0	Básico + 3 variáveis	R\$ 134,00/ U\$ 74
0	1	Básico + 1 BVJ*	R\$ 101,00/ U\$ 56
1	1	Básico + 1 variável + 1 BVJ	R\$ 123,00/ U\$ 68
2	1	Básico + 2 variáveis + 1 BVJ	R\$ 145,00/ U\$ 80
3	1	Básico + 3 variáveis + 1 BVJ	R\$ 167,00/ U\$ 92
0	2	Básico + 2 BVJ	R\$ 134,00/ U\$ 74
1	2	Básico + 1 variável + 2 BVJ	R\$ 156,00/ U\$ 86
2	2	Básico + 2 variáveis + 2 BVJ	R\$ 178,00/ U\$ 98
3	2	Básico + 3 variáveis + 2 BVJ	R\$ 200,00/ U\$ 111

* BVJ- benefício variável jovem

Famílias com renda familiar mensal de R\$ 70 a R\$ 140 por pessoa

Número de crianças e adolescentes de até 15 anos	Número de jovens de 16 e 17 anos	Tipo de benefício	Valor do benefício
0	0	Não recebe benefício básico	-
1	0	1 variável	R\$ 22,00/ U\$ 12
2	0	2 variáveis	R\$ 44,00/ U\$ 24
3	0	3 variáveis	R\$ 66,00/ U\$ 36
0	1	1 BVJ	R\$ 33,00/ U\$ 18
1	1	1 variável + 1 BVJ	R\$ 55,00/ 30
2	1	2 variáveis + 1 BVJ	R\$ 77,00/ U\$ 42
3	1	3 variáveis + 1 BVJ	R\$ 99,00/ U\$ 55
0	2	2 BVJ	R\$ 66,00/ U\$ 36
1	2	1 variável + 2 BVJ	R\$ 88,00/ U\$ 48
2	2	2 variáveis + 2 BVJ	R\$ 110,00/ U\$ 61
3	2	3 variáveis + 2 BVJ	R\$ 132,00/ U\$ 73

Fonte: MDS- Ministério de Desenvolvimento Social e Combate à Fome.

Os beneficiários são pessoas que estavam fora do alcance das políticas sociais e que viviam em situação de extrema pobreza e passaram a ser beneficiadas por uma rede de proteção social que antes não tinham. E para quem não tinha praticamente nada, ter algum avanço de renda, mesmo que pequeno, já causa um grande impacto na vida.

Lula e seu partido PT disputam com o PSDB, do ex-presidente Fernando Henrique, a autoria do programa, que não só conquistou a maior visibilidade em meio às ações sociais dos

¹ Equivalente a U\$ 6,6 bilhões/ano.

² Equivalente a U\$ 38,80.

últimos oito anos, como também se tornou marca registrada do governo atual. Enquanto o PT alega ter sido criticado pela oposição ao implementar o Bolsa Família, e que o PSDB só tem mostrado interesse em continuá-lo por reconhecer sua popularidade dentre as classes menos privilegiadas; o PSDB argumenta, que o programa Bolsa Família é apenas uma versão do Bolsa Escola criado no governo de FHC, e que a filosofia do último teria sido desvirtuada pelo governo petista. Não se pode negar que o processo de investimento na área social de maneira mais focalizada foi iniciado pelo governo Fernando Henrique, mas foi consolidado e expandido na administração de Lula e isso pode funcionar a favor da candidata Dilma Rousseff. Algumas pesquisas afirmam que 40% dos que recebem o benefício do Bolsa Família irão votar na Dilma contra 25% que votariam no Serra.

As alianças e a própria capacidade dos candidatos durante a campanha eleitoral irão definir o cenário eleitoral deste ano, mas o fato é que no pano de fundo estarão as políticas sociais, dada a importância do programa Bolsa Família e também da própria bandeira de avanço social do governo Lula. Em geral o eleitor que é beneficiado não quer perder este benefício, portanto lutará pela continuidade deste programa. O candidato José Serra não demonstra querer acabar com o Bolsa Família, muito pelo contrário, ele garante que não só daria prosseguimento ao programa, mas procuraria ainda fortalecê-lo. Isso tranquiliza e deixa a noção de continuidade no ar, no entanto não sendo uma política consolidada a manutenção deste programa depende da ratificação para se tornar lei.

Este é o objetivo do projeto pela Consolidação das Leis Sociais (CLS) que vem sendo feito durante o último ano, com inclusive o apoio da oposição. O objetivo é garantir a perpetuação dos programas sociais que não foram criados por lei, e que, políticas como o Bolsa Família deixem de ser programas de governo e tornem-se programas de Estado. Além disso, também faz parte do projeto transformar em lei mecanismos de participação social, como as ouvidorias, conferências e conselhos, e criar metas e indicadores sociais para o país. O presidente Luiz Inácio Lula da Silva encaminhou ao Congresso Nacional o projeto de Consolidação das Leis Sociais (CLS) a fim de transformar em lei as medidas que trouxeram os avanços sociais de seu governo. A nova Consolidação deverá incluir programas como Bolsa Família, Saúde da Família e Merenda Escolar, entre outros. A intenção do governo é garantir a continuidade dos programas implantados durante a gestão de Lula independente de quem será o próximo presidente, do governo ou da oposição.

Educação

Na área de educação no Brasil há o reconhecimento que a busca pela qualidade educacional deve ser o maior objetivo das políticas nesta área. Durante anos o objetivo foi a universalização do acesso à escola e conseguiu-se uma ampliação grande de crianças em idade escolar efetivamente nas escolas. A taxa de escolarização é de quase 97% com 53 milhões de alunos de 4 a 17 anos matriculados na escola. Embora a universalização (com 100% dos alunos em idade escolar dentro da escola) siga sendo uma das metas a ser atingida, no momento o debate é mais pautado pela importância da qualidade do ensino nas escolas brasileiras. Não basta que a criança esteja matriculada na escola, as políticas públicas devem buscar uma educação de qualidade que é essencial para o desenvolvimento do país. A falta de qualidade no ensino básico pode gerar uma barreira para chegar à universidade no Brasil, principalmente às públicas onde a concorrência é alta. A formação continuada e a passagem para o ensino superior é parte da construção do capital humano de um país e isso deve ser valorizado por um candidato à presidência no Brasil atualmente.

Nos últimos anos tem aumentado o investimento na área de educação (com o Plano de Desenvolvimento da Educação, por exemplo) baseado neste preceito de uma educação de boa qualidade. Assim como cresceram os mecanismos de avaliação como a Prova Brasil e a participação em sistemas de avaliação internacional como a prova PISA. O enfoque maior

tem sido na educação básica e a necessidade de se expandir este foco para a educação infantil, a superior e a técnica são pontos importantes a serem tocados pelos candidatos.

Por outro lado, alguns argumentam que a falta de investimento em educação tem origem no fato destas políticas pouco se reverterem em votos visto que as reformas na área de educação demoram a serem vistas. Alguns chegam ao extremo de dizer que “criança não vota então por que investir nelas?”. Paralelamente à falta de interesse por parte de alguns políticos, as políticas sociais para a educação enfrentam ainda mais um obstáculo: a educação aparece em sétimo lugar na lista de prioridades do cidadão brasileiro.

Não basta freqüentar a escola e sim, é importante fazê-lo com qualidade para que o efeito no desenvolvimento dos alunos seja real. Foi criado um índice chamado Ideb (índice de desenvolvimento da educação básica) que agrega na avaliação o fator qualidade e não somente quantidade. E este índice serve como parâmetro para investimentos tanto em escolas como para os professores (como um bônus) e para os alunos. A existência de condicionalidades de programas como o Bolsa Família é interessante se pensar que o beneficiário do programa deve freqüentar a escola e o posto de saúde para garantir que continue recebendo o benefício, mas o risco é parar neste ponto. Avançar é importante e há sugestões, inclusive alguns estados já o praticam, como São Paulo, que é beneficiar o aluno e o professor que tiverem um bom desempenho.

A política educacional pode ser um ponto bastante debatido nas eleições e neste aspecto Serra tem uma experiência ampla como governador do estado de São Paulo e poderá utilizar isso em sua campanha. Dilma poderá oferecer como ‘armas’ o aumento do investimento na área assim como o maior enfoque na qualidade da gestão Lula. Neste contexto não se pode deixar de mencionar os sindicatos como atores relevantes no debate. As reformas na área de educação sofrem influências, às vezes até resistência e manifestações, por parte dos sindicatos o que leva à necessidade de se estabelecer uma relação aberta e constante entre o governo federal e os representantes desta categoria. Além disso, as reformas na área da educação devem considerar a base pedagógica das políticas aliada à noção de que uma gestão eficiente e eficaz pode trazer inúmeros benefícios para a melhora na qualidade da educação. Além disso, a preocupação com a estrutura das escolas, dos seus recursos físicos e humanos assim como a inserção de tecnologias da educação parece que serão temas importantes para definir a disputa eleitoral.

Infraestrutura

O debate sobre infraestrutura em geral no país permeará as campanhas eleitorais visto que é necessário o desenvolvimento do Brasil. O governo atual está vinculando muitas realizações de obras ao seu bom desempenho e fazendo disso uma bandeira para a candidata do PT. Em 2007, com a implementação do PAC (Plano de Aceleração do Crescimento) o governo Lula o apresentou como uma solução para os entraves burocráticos e os gargalos de infraestrutura que prejudicam o crescimento econômico do país como estradas esburacadas, pequena malha ferroviária e portos com capacidade insuficiente para o escoamento da produção nacional. O PAC, em sua primeira versão, não teve todas as suas obras terminadas, mas já é o grande trunfo da candidata Dilma em sua campanha. É um alto investimento financeiro que tem como plano ter uma versão 2 do PAC, que foi lançada dois dias antes de Dilma sair do governo para entrar na corrida presidencial. O pacote prevê grandes obras como usinas hidrelétricas e plataformas de petróleo. Além disso, o plano tem iniciativas populares, como os financiamentos para a casa própria. É um plano ambicioso que supera os R\$ 1,5 trilhão, sendo R\$ 958 bilhões nos próximos quatro anos. O fato de estar atrelado ao calendário eleitoral pode ser um fator negativo do plano, mas como tentativa audaz de crescimento do país é visto como algo positivo. De todas as formas, Serra também deu um foco importante às suas ações de infraestrutura na área de transporte e desenvolvimento estrutural em São Paulo com a extensão do metrô e a criação do Rodoanel na tentativa de melhorar o trânsito no

estado e com isso o escoamento da produção que usa as estradas para o transporte das mercadorias. O investimento público no desenvolvimento do país continua aquém do necessário, mas vemos que a tendência é que o tema da infraestrutura seja um dos pontos quentes do debate das eleições também.

Saúde

Outro ponto que deverá ser tocado com frequência nos futuros debates entre os candidatos à presidência é a questão da saúde. Tendo visto ser derrubado em votação no Congresso o imposto bancário CPMF (em 2007) cuja arrecadação destinava-se a medidas de saúde, Lula culpa a oposição pelo estado em que o setor se encontra atualmente no país. Para correntes internas do PT é importante mostrar nos próximos meses de campanha, que os últimos oito anos não são a representação do plano que possuem para a saúde no Brasil.

Por parte dos petistas que cuidam desta área há uma latente preocupação no que se refere à capacidade de Dilma Rousseff em debater o assunto – já não bastasse a pouca intimidade que a candidata apresenta com o assunto, seu maior rival na disputa presidencial, José Serra além de ter sido governador de São Paulo (o estado mais rico do país) também possui uma das mais bem avaliadas gestões pelos quatro anos em que serviu como Ministro da Saúde (1998-2002) na gestão Fernando Henrique Cardoso.

Considerações finais

Neste artigo pretendeu-se demonstrar a importância que os temas sociais terão no debate eleitoral de 2010 entre os principais candidatos à presidência do Brasil, Dilma Rousseff (PT) e José Serra (PSDB). A tendência é que ambos façam referência à sua trajetória e também aos líderes políticos que o apóiam, Lula – atual presidente pelo PT, e Fernando Henrique Cardoso, ex-presidente pelo PSDB. A comparação entre programas sociais deve figurar como um dos principais focos das campanhas e debates eleitorais em 2010. Nesse sentido, a tendência é que as eleições de 2010 vão consolidar ainda mais a atual polarização da política brasileira. As alianças, os partidos e as redes políticas serão decisivos nos resultados de outubro e novembro, em um eventual segundo turno. Ao mesmo tempo, nota-se que essa polarização pode ser benéfica para o país se render o potencial que tem esta disputa. Em primeiro lugar, a polarização garante a presença de uma oposição forte e influente e a possibilidade de alternância de poder sem grandes rupturas. Com isso, pode reforçar as instituições políticas e a continuidade. Em termos gerais, os governos Lula e FHC não foram tão diferentes assim. Ambos sustentaram a estabilidade econômica e trabalharam em áreas sociais que estavam negligenciadas por décadas. Fernando Henrique Cardoso deu mais atenção à saúde e à educação básica. Lula, às universidades, ao Bolsa Família e à infraestrutura.

Da mesma forma, Dilma Rousseff e José Serra também não são tão diferentes assim. Ambos são vistos como centralizadores que enaltecem suas capacidades de administrar. E como demonstrado neste artigo as políticas sociais serão foco da campanha e do debate de ambos os candidatos seguindo este padrão de temas como a educação, a saúde, a infraestrutura, o Bolsa Família e o futuro das ações sociais no país. As políticas sociais podem e devem ter um papel indutor de desenvolvimento. Como fazer isso de maneira sustentável em um cenário econômico estável é que é o desafio dos candidatos e, portanto a relação entre política econômica e políticas sociais ocupa um lugar central.

Neste contexto, a polarização partidária no Brasil tanto garante a continuidade como faz da centro-esquerda a posição dominante no país. E estas eleições prometem ser um período bastante interessante!

Joana Fontoura Abril 2010.